
	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

Sumário

1.	OBJETIVO.....	3
2.	ESCOPO	3
3.	RESPONSABILIDADES	4
4.	APLICAÇÃO	5
5.	REFERÊNCIAS.....	6
6.	SIGLAS E DEFINIÇÕES.....	6
7.	PROCEDIMENTOS	8
7.1.	Regra geral.....	8
7.2.	Obrigações dos participantes de fóruns de discussão do IBP	9
7.3.	Obrigações dos moderadores de fóruns de discussão do IBP	10
7.4.	Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações	11
7.5.	Treinamentos	11
7.6.	Disposições finais	11
8.	ANEXO	11

	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

1. OBJETIVO

Esta Política Concorrencial tem como objetivo apresentar os padrões de conduta exigidos na atuação de todos os Colaboradores do IBP, Terceiros que se relacionam com o Instituto e de todas as pessoas que representam, direta ou indiretamente, os interesses do Instituto, em relação à prevenção e combate às infrações contra a ordem econômica, de modo a assegurar a liberdade de iniciativa, a livre concorrência e a repressão ao abuso do poder econômico na condução das atividades do Instituto.


Além disso, as diretrizes desta Política servem para delimitar e orientar as atividades daqueles que atuam em favor do Instituto em determinadas ocasiões.

Violações a esta Política serão devidamente apuradas pela Gerência Jurídica e estarão sujeitas à aplicação de penalidades.

2. ESCOPO

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP, no desempenho de suas funções legítimas, fomenta discussões sobre preocupações e questões técnicas relevantes para todo o segmento, tais como questões de natureza ambiental, tendências econômicas, políticas públicas associadas, normas técnicas e regulamentação do setor, saúde e segurança e questões trabalhistas.

Contudo, por congregarem empresas Concorrentes - ou seja, ofertantes dos mesmos bens e serviços considerados substituíveis entre si -, qualquer entidade de classe representa um ambiente propício à prática de condutas anticompetitivas, facilitando o intercâmbio de informações comercialmente relevantes e a formação de acordos para coordenação ou uniformização de condutas comerciais. Tais práticas são ilícitas e extrapolam os limites para atuação legítima do Instituto, motivo pelo qual são terminantemente proibidas.


	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

Diante disso, esta Política estabelece diretrizes sobre a condução das atividades do Instituto para impedir que o desviem da sua finalidade e que seja utilizado para a prática de condutas anticompetitivas.

Os Associados, Colaboradores e Terceiros possuem, cada um, parcela de responsabilidade sobre a condução das atividades do Instituto, de modo a garantir que o ambiente se mantenha em estrita conformidade com a legislação concorrencial e em linha com as melhores práticas de prevenção contra infrações à ordem econômica.

3. RESPONSABILIDADES

- **Associados:** (I) Todos os Associados e seus representantes devem seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Colaboradores:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas, especialmente aqueles responsáveis por representar o Instituto externamente.
- **Comitê de Ética:** (I) Fiscalizar o cumprimento desta Política; (II) Aplicar sanções, quando cabíveis.
- **Coordenador e vice coordenador da Comissão/Comitê:** (I) Moderar as discussões das reuniões das Comissões/Comitê para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto; (II) Elaborar as pautas e atas das reuniões.
- **Gerência de Recursos Humanos:** (I) Prestar apoio à Gerência Jurídica na divulgação desta Política.
- **Gerência Jurídica:** (I) Manter esta Política atualizada; (II) Divulgar esta Política, com o apoio da Gerência de Recursos Humanos; (III) Apoiar os Secretários de Conselho, Coordenador e vice coordenador da Comissão/Comitê para esclarecer dúvidas acerca do registro em pauta e ata de reunião.
- **Presidente do Conselho de Administração das Associações (ABD e ABEP):** (I) Moderar as discussões das reuniões do Conselho de Administração para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.

	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

- **Presidente do Conselho de Administração do IBP:** (I) Moderar as discussões das reuniões do Conselho de Administração para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.
- **Presidente do IBP:** (I) Moderar as discussões das reuniões do Conselho Consultivo para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.
- **Secretários de Conselhos, Comissões e Comitês:** (I) Auxiliar o Presidente do Conselho, Coordenador e vice coordenador da Comissão/Comitê na elaboração das pautas e atas das reuniões; (II) Divulgar o inteiro teor das atas e pautas aos membros do Conselho/Comissão/Comitê; (III) Arquivar as atas das reuniões em meio físico e eletrônico.
- **Terceiros:** (I) Todos os Terceiros não pertencentes ao Instituto que atuem (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto devem seguir as diretrizes aqui descritas.

4. APLICAÇÃO

Esta Política é aplicável a todas as instituições parceiras e associadas, bem como a todos os Colaboradores do IBP, independentemente do nível hierárquico, funções e cargos exercidos, da Associada que representam, se for o caso, bem como da localidade em que se encontram.

Adicionalmente, as diretrizes desta Política também são aplicáveis a Terceiros que se relacionam com o IBP. Para fins desta Política, são considerados terceiros todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não pertencentes ao IBP, mas que atuam, direta ou indiretamente, em favor deste, incluindo, mas não se limitando, os prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, entre outros.

Caso um Colaborador ou Terceiro se depare com alguma situação que o coloque em dúvida relacionada ao conteúdo desta Política Concorrencial, deverá consultar o seu Gestor e a Gerência Jurídica.


	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

5. REFERÊNCIAS

- Guia de Programas de Compliance Concorrencial do CADE.
- Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011);
- Manual de Combate a Cartéis em Sindicatos e Associações do CADE;
- PO-JD-03 - Política de Relacionamento com a Administração Pública
- PR-JD-04 - Código de Ética do IBP


6. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **ABD:** Associação Brasileira de *Downstream*;
- **ABEP:** Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás;
- **Associados:** empresas que participam do Instituto para representação dos seus interesses.
- **CADE:** Conselho Administrativo de Defesa Econômica, é a autoridade de Defesa da Concorrência no Brasil. O CADE é órgão responsável pela avaliação, fiscalização e aprovação de atos de concentração e livre concorrência.
- **Cartel:** qualquer acordo ou prática concertada entre Concorrentes para fixar preços, dividir mercados, estabelecer quotas ou restringir produção, adotar posturas pré-combinadas em licitação pública, ou que tenha por objeto qualquer variável concorrencialmente sensível.
- **Colaboradores:** Abarca todos que desempenham rotineiramente as atividades do Instituto. Sejam representantes das Associadas (membros dos Comitês e Alta Administração) ou Colaboradores Internos (Superintendência, Gerência etc.).
- **Concorrentes:** entende-se que ofertantes dos mesmos bens e serviços considerados substituíveis entre si podem ser caracterizados como concorrentes.
- **IBP:** Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.
- **Informações Concorrencialmente Sensíveis:** Para os fins desta Política, consideram-se como informações concorrencialmente sensíveis aquelas que se referem diretamente ao desempenho das atividades-fim das empresas Associadas, a exemplo de, mas não limitadas a: a) custos das empresas envolvidas; b) nível de capacidade e planos de expansão; c) estratégias de marketing; d) precificação de produtos (preços e descontos); e) principais clientes e descontos

	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

assegurados; f) salários e benefícios de funcionários; g) principais fornecedores e termos de contratos com eles celebrados; h) informações não públicas sobre marcas e patentes e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); i) algoritmos e plataformas de tecnologia utilizadas; j) planos de aquisições futuras; k) estoques; e l) estratégias competitivas, etc. Tais informações não serão consideradas como de caráter concorrencialmente sensível quando (i) notadamente tenham natureza pública ou domínio público; (ii) tenham como fonte estudos ou pesquisas contratados pelo Instituto ressalvados aqueles encomendados individualmente pelas Associadas ou com cláusula de sigilo; e (iii) tenham sido devidamente tratados, de forma a eliminar seu grau de sensibilidade.

- **Lei de Defesa da Concorrência:** Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 do Brasil, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e sobre o órgão responsável por garantir a livre concorrência.
- **Partes Verticalmente Relacionadas:** Entende-se como as empresas que atuam em mercados relacionados, porém em diferentes níveis da cadeia de produção, a exemplo de distribuidores e fornecedores de insumos.
- **Posição Dominante:** Há Posição Dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo CADE para setores específicos da economia.
- **Práticas Anticompetitivas:** Para os fins desta Política, entendem-se como práticas anticompetitivas aquelas que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: a) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; b) facilitar ou promover a dominação de mercado relevante de bens ou serviços por Associada ou conjunto de Associadas, caso não seja fundada na maior eficiência de agente econômico em relação a seus competidores; c) aumentar arbitrariamente os lucros; e d) facilitar ou promover o exercício de Posição Dominante de forma abusiva por Associada.

	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		


- **Terceiros:** toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao Instituto que atue (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, parceiros de negócio, agentes, advogados, entre outros.

7. PROCEDIMENTOS

7.1. Regra geral

As interações entre Associados no ambiente do Instituto deverão ser feitas somente com fins legítimos de promoção do setor e defesa dos interesses gerais da indústria, seguindo as regras gerais abaixo:

- Neutralidade e segurança do ambiente físico e digital em que são realizadas as reuniões dos Comitês, Grupos de Trabalho, Conselhos e qualquer outro fórum de discussão, evitando que Informações Concorrencialmente Sensíveis e/ou sigilosas do Instituto e/ou dos Associados sejam acessadas por indivíduos não autorizados ou sejam manuseadas, armazenadas ou descartadas inadequadamente.
- Transparência e publicidade da agenda de reuniões, disponibilizando-a aos membros do Comitê, Grupo de Trabalho, Conselho e aos demais Associados;
- Registro, de forma acurada, das discussões mais relevantes travadas e de todas as decisões tomadas durante as reuniões;
- Divulgação do inteiro teor de ata de reunião aos seus membros;
- Arquivamento das atas das reuniões em meio físico e eletrônico;
- Comunicação e treinamento aos membros dos Comitês, Grupos de Trabalho, Conselhos e qualquer outro fórum de discussão sobre o que pode ou não ser discutido nas reuniões;
- Evitar, quando possível, que membros dos Associados participantes dos Comitês, Grupos de Trabalho, Conselhos e qualquer outro fórum de discussão sejam diretores comerciais, gerentes de vendas, e outros funcionários diretamente envolvidos com a estratégia comercial dos Associados;


	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

- Não divulgar preços atuais e futuros, custos, níveis de produção, estoques, planos de marketing, planos de crescimento, política de descontos de seus Associados, entre outras Informações Concorrencialmente Sensíveis;
- Não permitir a elaboração e divulgação de tabelas, ainda que sugestivas, de preços e condições comerciais em que produtos e serviços serão prestados;
- Coleta de dados dos Associados, quando necessário para condução das atividades legítimas do Instituto, não implicarão na divulgação de Informações Concorrencialmente Sensíveis.

7.2. Obrigações dos participantes de fóruns de discussão do IBP

Deverão os membros dos Comitês, Grupos de Trabalho, Conselhos e qualquer outro fórum de discussão adotar as seguintes medidas para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto:

- Não usar o Instituto como meio para adotar Práticas Anticompetitivas;
- Não se engajar em atividades proibidas pela legislação concorrencial, mesmo se elas forem “oficialmente aprovadas” pelos integrantes em reunião;
- Fazer exames prévios das pautas das reuniões, que serão enviadas pelo Instituto, recusando-se de antemão a participar daquelas em que os objetivos das reuniões sejam discutir temas concorrencialmente sensíveis ou em que os temas não estejam suficientemente claros para garantir que não envolverão discussão de assuntos anticompetitivos;
- Nunca participar de reuniões cujas pautas sejam a coordenação entre Associados, devendo reportar o ocorrido por meio do Canal de Denúncias;
- Retirar-se das reuniões e demandar que tais fatos sejam registrados sempre que acreditarem que o tópico de discussão apresenta risco concorrencial;
- Sempre e todas as vezes solicitar reconhecimento em atas de tudo o que ocorrer nas reuniões;
- Ao tomar conhecimento de qualquer atividade proibida pela legislação concorrencial ou vedada nas políticas internas do Instituto, reportar por meio do Canal de Denúncias.

	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		


7.3. Obrigações dos moderadores de fóruns de discussão do IBP

Os respectivos moderadores dos fóruns de discussão do IBP, tais como o Conselho de Administração, Conselho Consultivo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês Executivos, Associação Brasileira do Setor de Downstream (ABD), Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (ABEP) e comitês e comissões técnicas do IBP têm a responsabilidade de garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.

- **Presidente do IBP:** É responsável por moderar as discussões das reuniões do Conselho Consultivo para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.
- **Presidente do Conselho de Administração do IBP:** É responsável por moderar as discussões do Conselho de Administração para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.
- **Presidente do Conselho de Administração das Associações (ABD e ABEP):** É responsável por moderar as discussões das reuniões de Conselho de Administração das Associações para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.
- **Coordenador e vice-coordenador da Comissão:** É responsável por moderar as discussões das reuniões para garantir um ambiente competitivo, de livre iniciativa e concorrência no Instituto.

Os respectivos secretários dos fóruns de discussão do IBP serão responsáveis por, com apoio da Gerência de Comissões e Gestão do Conhecimento, elaborar as pautas e atas das reuniões; divulgar o inteiro teor das atas e pautas aos membros da Comissão; e arquivar as atas das reuniões em meio físico e eletrônico.

A Gerência Jurídica poderá ser consultada pelo Coordenador e vice coordenador da Comissão e Gerência de Comissões e Gestão do Conhecimento para esclarecer dúvidas acerca do registro em pauta e ata de reunião.

	Código: PO-JD-10	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA CONCORRENCIAL		

7.4. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações

A implementação e gestão do Programa de *Compliance* do Instituto, do Código de Ética do IBP e das demais políticas e procedimentos são de responsabilidade da Gerência Jurídica.

Ainda que solicitado por um superior hierárquico, o Colaborador ou Terceiro não deve praticar nenhuma conduta em desacordo com as regras previstas nesta Política.

Em caso de dúvida sobre o conteúdo desta Política, consulte seu Gestor e a Gerência Jurídica.

Em caso de suspeita de violação à presente Política, registre sua suspeita por meio do site: <https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/>, e-mail: canaldeeticaibp@legaletica.com.br, Telefone: 0800 400 3333 ou WhatsApp: (11) 95271-1924, podendo optar pelo anonimato, ou comunique ao seu Gestor ou à Gerência Jurídica.

Todas as situações ou reclamações reportadas serão tratadas com sigilo. O Instituto garante que não será tolerada qualquer forma de retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violações.

7.5. Treinamentos

O Instituto realizará, periodicamente, treinamentos continuados destinados aos seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes desta Política, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Instituto.

7.6. Disposições finais

Essa Política entra em vigor na data da sua aprovação pela Diretoria Executiva do IBP. Qualquer alteração ou revisão desta Política estará sujeita à aprovação da Diretoria Executiva do IBP.

8. ANEXO

N/A.